

## **A educação frente aos avanços do conservadorismo: uma análise a partir dos desafios e perspectivas freireanas**

### **Education in the face of advances in conservatism: an analysis from Freire's challenges and perspectives**

**Rubens Luiz Rodrigues\***

**Resumo:** O artigo analisa os desafios e perspectivas freireanas frente aos avanços do conservadorismo na educação e na sociedade brasileira. Define como questão para a análise como o legado educacional freireano contribui para a construção da resistência no contexto de avanços do conservadorismo no Brasil. Considera que o legado educacional freireano constitui-se em referência teórico-política central para o fortalecimento de movimentos, de organizações e de proposições de enfrentamento ao conservadorismo. Consiste em uma abordagem teórico-metodológica pautada em uma revisão bibliográfica que explica os avanços do conservadorismo como expressão da crise capitalista em tempos de reestruturação produtiva. Fundamentada em obras de Paulo Freire, essa abordagem destaca uma educação para a liberdade e voltada para a emancipação humana como mote dos que lutam pela superação do conservadorismo.

**Palavras-chave:** Educação. Conservadorismo. Paulo Freire.

**Abstract:** The article analyzes Freire's challenges and perspectives in the face of advances in conservatism in Brazilian education and society. It defines as a question for analysis how the Freirean educational legacy contributes to the construction of resistance in the context of advances in conservatism in Brazil. It considers that Freire's educational legacy constitutes a central theoretical-political reference for the strengthening of movements, organizations and propositions to confront conservatism. It consists of a theoretical-methodological approach based on a bibliographic review that explains the advances of conservatism as an expression of the capitalist crisis in times of productive restructuring. Based on works by Paulo Freire, this approach

---

\*Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Pós-doutor pela Universidade do Porto (Portugal). Mestre em Educação e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG). E-mail: rubensluizrodrigues65@gmail.com.



*This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY*

highlights an education for freedom and focused on human emancipation as a motto for those struggling to overcome conservatism.

**Keywords:** Education. conservatism. Paulo Freire.

Recebido em: 21/10/2022 . Aceito em 07/08/2023

## INTRODUÇÃO

Este artigo analisa os desafios e perspectivas freireanas frente aos avanços do conservadorismo na educação e na sociedade brasileira. Apropria-se da concepção crítica da educação formulada por Paulo Freire para contextualizar as potencialidades de resistência à intensificação desses avanços, que assumem um rosto fascista.

Define-se a seguinte questão para análise: como o legado educacional freireano contribui para a construção da resistência no contexto de avanços do conservadorismo no Brasil? Considera-se que o legado educacional freireano fortalece os movimentos, as organizações e as proposições, constituindo-se em referência teórico-política central no enfrentamento dos avanços do conservadorismo.

O artigo tem como objetivos: 1- caracterizar os avanços do conservadorismo na educação e na sociedade brasileira no contexto da crise capitalista em tempos de reestruturação produtiva; 2- analisar o sentido ideopolítico da contraposição conservadora às formulações freireanas; 3- desenvolver os princípios teórico-políticos de uma educação voltada para a emancipação humana nas formulações freireanas; e 4- situar a perspectiva emancipatória freireana diante da atualidade conservadora.

A abordagem teórico metodológica baseia-se em uma revisão de bibliografia que delinea os avanços do conservadorismo como expressão da crise capitalista em tempos de reestruturação produtiva. Fundamenta essa análise a partir de obras de Paulo Freire para delinear uma educação para a liberdade e voltada para a emancipação humana de modo a fortalecer os que lutam pela superação do conservadorismo.

O artigo está organizado em quatro partes. A primeira parte denomina-se “Caracterização da educação no contexto ideopolítico dos avanços do conservadorismo em tempos de reestruturação produtiva. Aborda o processo de acumulação capitalista em escala planetária, indicando seus desdobramentos sobre as condições de trabalho. Aponta a atuação dos organismos internacionais na formulação ideopolítica que orientou os Estados Nacionais na implantação de propostas neoliberais. Indica que o conservadorismo brasileiro fortalece as proposições educacionais do neoliberalismo de adaptação da classe trabalhadora às exigências de aumento de produtividade e perda de direitos. Salienta que esse fortalecimento ocorre por meio de proposições e ações que corroboram uma dita neutralidade do conhecimento e que visam perseguir as formulações críticas no campo da educação.

A segunda parte intitula-se “A contraposição conservadora às formulações freireanas”. Essa parte destaca o sentido dos ataques conservadores à concepção crítica de educação desenvolvida por Paulo Freire. Indica que o conservadorismo brasileiro advoga a perseguição ao legado freireano como forma de preservar a neutralidade do conhecimento por meio do anti-diálogo.

Denominada “Princípios teórico-políticos de uma educação para a liberdade e voltada para a emancipação humana nas formulações freireanas”, a terceira parte desenvolve os fundamentos de uma conscientização emancipatória. Observa que as contribuições teórico-políticas de Paulo Freire potencializam a luta dos oprimidos contra os avanços do conservadorismo. Isso porque o autor de Pedagogia do Oprimido implicou a educação no processo de conscientização por meio de uma práxis que envolve a autonomia do sujeito, a participação popular, a cultura em comum e a emancipação humana.

A quarta parte denomina-se “A perspectiva emancipatória freireana diante da atualidade conservadora”. Trata-se de demonstrar que as formulações freireanas importam na superação do conservadorismo brasileiro porque oferecem vitalidade à capacidade de mobilização, de organização e de proposição de base social. Sua perspectiva é de que a educação possa contribuir para a construção da unidade de ação necessária ao enfrentamento dos ataques conservadores. Pelo diálogo crítico acerca do contexto de crise do capitalismo, a educação pode articular a unidade de ação à estratégia revolucionário-emancipadora fundamentada por Paulo Freire.

Contrapor-se aos avanços do conservadorismo constitui-se em condição central de compreensão da obra de Paulo Freire. Refletir sobre as potencialidades da educação nesse processo continua sendo uma referência freireana para todos (as) que se comprometem com a liberdade e a emancipação humana.

### **Caracterização da educação no contexto ideopolítico dos avanços do conservadorismo em tempos de reestruturação produtiva**

Para uma análise da educação frente aos avanços do conservadorismo, é preciso desenvolver uma caracterização das orientações ideopolíticas do Capital no contexto da reestruturação produtiva. Antunes (2000) indica que a reestruturação produtiva explicitou a necessidade de elevação do padrão de acumulação capitalista de modo a superar a crise estrutural e sistêmica que vigorou, e vigora, desde o último quartel do século XX.

Em “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho”, o autor demonstra que as necessidades de elevação de acumulação repercutiam em escala planetária. Isso impingiu o reordenamento dos países e seus respectivos Estados Nacionais ao quadro de uniformização econômica, política e social de acordo com as exigências postas pela mundialização da produção.

No estudo acerca da situação do proletariado de serviços, Antunes (2018) demonstra que o processo de acumulação se intensificou com o trabalho on-line ao longo do século XXI. A utilização do maquinário tecnológico-científico-informacional expandiu a geração de mais-valor, consolidando o processo de privatização e mercadorização de serviços. Isso acentuou a depressão das condições de vida e de trabalho no contexto do aprofundamento da crise do Capital.

A atuação dos organismos internacionais foi decisiva nesse reordenamento, especialmente no que Alves (2007) considera como a disseminação sistemática e intensa de valores-fetice, expectativas e utopias de mercado. Ampliar a produtividade, a competitividade e a qualidade total significava incrementar Capital Humano com centralidade na empregabilidade, no empreendedorismo, na resiliência do trabalhador (a) às mudanças técnico-científicas-informacionais.

A partir das análises de Alves (2007), pode-se observar que a flexibilização da produção aliada à baixa proteção do trabalho fundamentava as recomendações dos organismos internacionais no redirecionamento das políticas sociais para atender os pressupostos da acumulação. Banco

Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) orientavam suas formulações para a adaptação das condições de vida e de trabalho aos processos técnico-científico-informacionais impostos pela reestruturação produtiva.

Segundo Melo (2003), essas recomendações orientavam as propostas e as ações governamentais em âmbito local, regional e nacional, proporcionando formas concretas de integração da classe trabalhadora ao contexto da mundialização da produção. Cabe salientar, também, que essa perspectiva da integração da classe trabalhadora servia de parâmetro para a implementação de políticas econômicas e sociais nacionais pautadas na redução da pobreza.

Sobretudo nos países dependentes e associados de maneira subordinada na divisão internacional de trabalho, houve a implantação da proposta gerencial da Reforma de Estado Neoliberal como precursora de políticas que apregoavam a redução da pobreza por meio de processos de privatização. Esses processos de privatização disseminavam a perspectiva da inclusão, da parceria e da responsabilidade social que isenta os compromissos estatais com os direitos trabalhistas e sociais. (GENTILI, 2003)

Como salienta Gentili (2003), o gerencialismo como expressão da Reforma de Estado Neoliberal articulou a formação flexível, competitiva e meritocrática do trabalhador. O relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, coordenado por Jacques Delors e solicitado pela Organização das Nações Unidas (UNESCO) expressa essa articulação, envolvendo as exigências técnico-científicas-informacionais de adaptação do trabalho com foco na valorização da paz, na preservação do meio ambiente e na coesão social.

Duarte (2008) observa que as exigências de adaptação técnico-científica-informacional do trabalho eram envolvidas em proposições educacionais de participação cívica, de práticas de cidadania e de concertação social. Ressoavam como potencialidades de naturalização da sociabilidade capitalista proporcionada pelas ditas sociedade do conhecimento e pedagogias do aprender a aprender.

Pode-se considerar que o conservadorismo avança pela sustentação proporcionada às supracitadas perspectivas educacionais. A sustentação conservadora às exigências de formação do trabalhador, preconizadas pelo Capital ocorre, entretanto, pela reiteração da neutralidade do conhecimento.

Ao preconizar a neutralidade do conhecimento, o conservadorismo pretendia anular proposições e ações críticas que se pautavam em perspectivas educacionais orientadas pelos antagonismos de classe. Penna, Queiroz e Frigotto (2018) demonstram que o conservadorismo radicalizou a pauta neoliberal em torno da meritocracia, empreendendo um processo comparável a Santa Inquisição.

A estigmatização e a perseguição dos que lutam pela garantia do direito à educação foi o epicentro da atuação conservadora. Conforme indicam Queiroz e Oliveira (2018), o conservadorismo generalizava a criminalização e a judicialização na educação para cassar a liberdade de cátedra.

Os autores destacam que movimentos como o Escola sem Partido (EsP) argumentavam suas ações como uma denúncia a pretensa doutrinação ideológica, justificando, também, perseguições ao marxismo e às liberdades de gênero. Expressão política e ideológica do neoliberalismo, o Escola “sem” Partido surgiu pela articulação de grupos conservadores oriundos, predominantemente, do fundamentalismo religioso apregoado especialmente por evangélicos neopentecostais e pela Renovação Carismática da Igreja Católica.

Organizado e liderado pelo advogado sr. Miguel Nagib desde 2004, o Escola “sem” Partido adquiriu notoriedade no contexto de acirramento provocado pelo golpe jurídico-parlamentar—midiático, que depôs a ex-Presidente Dilma Rousseff. Frente aos avanços do conservadorismo que proporcionou o golpe em 2016, o Escola “sem” Partido auto-intitulava-se defensor da escola, contra a doutrinação proporcionada pelas ideologias de esquerda e de gênero. (PENNA, QUEIROZ e FRIGOTTO, 2018)

Apregoadando a neutralidade do conhecimento historicamente acumulado e socialmente produzido pela escola, o Escola “sem” Partido considerava a proeminência da família na educação de seus filhos e filhas de modo a prevalecer uma pauta de valores morais, de “bons” costumes e de ações reacionárias sobre a liberdade de cátedra. (PENNA, QUEIROZ e FRIGOTTO) Essas orientações permitiram que o movimento elege-se as contribuições de Paulo Freire em torno da conscientização do oprimido, da leitura crítica da realidade e da autonomia docente como perspectivas que deveriam ser abolidas da construção de projetos socioeducativos.

Cabe, então, situar o sentido que os avanços do conservadorismo impingem em termos do ataque às contribuições políticas e intelectuais de Paulo Freire. É o que será analisado na próxima parte.

### **A contraposição conservadora às formulações freireanas**

Analisar a contraposição conservadora às formulações freireanas requer considerar que as contribuições políticas e intelectuais de Paulo Freire identificavam a educação como ato de liberdade humana. Nesse sentido, a educação cumpria lugar central na resistência e na superação das formas de naturalização das relações sociais apregoadas pelo conservadorismo.

Freire (1987) insistia na construção de uma educação para a liberdade referenciada na organização coletiva e autônoma dos que viviam em situação de assujeitamento nas relações sociais. Ao anunciar as potencialidades do poder popular, as formulações freireanas partiam da denúncia aos preceitos conservadores.

Já em “Educação como prática da liberdade”, Freire (1967) denunciava a renúncia ao poder popular como expressão das proposições e ações do conservadorismo. Em sua perspectiva, a produção de mitos buscava silenciar os movimentos contestatórios de intervenção na realidade.

Além dos mitos imobilizadores, Freire (1967) alertava que o silenciamento constituía-se a partir de uma condição socioeducativa assistencialista em que grupos dominantes manipulavam os interesses dos povos. Na manipulação, o autor indica a motivação para a quietude popular que conserva uma ordem estática, estigmatizando como subversivos os que atuam, criticamente, no processo histórico.

O conservadorismo brasileiro do século XXI guarda relação com as afirmações de Freire (1967) acerca dos irracionalismos, dos fanatismos e das imposições de “guerras santas”, que mantém privilégios pela contenção do poder popular. A crise capitalista marca a sociedade brasileira com retrocessos em termos do lugar da educação na conquista da liberdade humana.

Isso porque o desemprego estrutural, a precarização das condições de vida e de trabalho e o acirramento dos conflitos sociais dificultam a dimensão educativa do poder popular. Essas dificuldades se expressam na retração da capacidade de organização coletiva e autônoma dos que resistem e lutam em favor da liberdade humana. Diante dessa retração, as forças conservadoras encontram um contexto propício para assegurar a dominação, a exploração e a opressão pela negação ao sentido libertador presente nas proposições e ações freireanas.

O conservadorismo ascendente no Brasil a partir da década de 2010 busca confrontar-se às contribuições freireanas que visam fortalecer os processos de conscientização em favor da emancipação. Pelo silenciamento, pela negação e pela perseguição às reflexões educacionais como as de Freire (1987), reitera a adaptação da formação do trabalhador às exigências da sociabilidade capitalista.

O conservadorismo reforça abordagens reformistas que confluem para a assimilação dos discursos e ações de aumento da produtividade, da competitividade, da qualidade de acordo com a perspectiva ideopolítica empresarial. Bloqueia as potencialidades vislumbradas por Freire (1987) de formação de sujeitos históricos para participar das decisões sociais.

Ao circunscrever os processos de conscientização às necessidades da reestruturação produtiva, o conservadorismo critica o Patrono da Educação Brasileira para legitimar uma concepção de educação para a conformação às contradições sistêmicas do capitalismo em crise. Consolida a ideia de neutralidade do conhecimento de modo a naturalizar as relações sociais.

Nessa consolidação, estigmatiza a trajetória política e intelectual freireana como doutrinação ideológica. Essa estigmatização se difunde capilarmente na sociedade brasileira, elegendo docentes e grupos que lutam por direitos educacionais e sociais. (PENNA, QUEIROZ e FRIGOTTO, 2018)

O conservadorismo busca mobilizar ações sociais e normativas contra a liberdade de cátedra e o reconhecimento de gênero e de orientação sexual como construção ideopolítica de defesa da Família, da Ordem e da Pátria. Pode-se considerar que o conservadorismo atualiza a educação bancária criticada por Freire (1987) pela instalação da desesperança, do medo, do ódio.

A estratégia conservadora aciona mecanismos de opressão pelo que Freire (1987) denominava como anti-diálogo. Suas relações de opressão revitalizam a opacidade da palavra ingênua afastada da realidade dos povos e distanciada dos processos de conscientização.

Ao reivindicar a neutralidade do conhecimento, o conservadorismo referencia-se na educação bancária como método de conhecimento linear, estático e reduzido a descontextualização da palavra. Atribui a educador (a) e educando (a) o lugar de meros objetos, que evidencia as relações de opressão no processo pedagógico. (FREIRE, 1987)

Os ataques conservadores à liberdade de cátedra e de reconhecimento sociocultural educam para o anti-diálogo, evitando que os sujeitos se posicionem criticamente sobre a realidade. Interrompe, como aponta Freire (1987), as possibilidades de problematização das condições objetivas e das experiências subjetivas de vida e de trabalho se converter em práxis transformadora.

É importante frisar que, para Freire (1987), liberdade implica reconhecimento da relação de opressão por parte do oprimido. O conservadorismo reforça a educação bancária pelo cerceamento do processo pedagógico dialógico e crítico, prevalecendo a consciência limitadora da emancipação.

Freire situa a emancipação como superação da sociabilidade capitalista. Desde Pedagogia do Oprimido, já salientava que a centralidade da conservação residia na preservação das relações de opressão que movem os particularismos dos que se apropriam do poder econômico e político. Esses particularismos preservam os objetivos “de ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive do ter menos ou nada ter dos oprimidos. Ser, para eles, é ter como classe que tem” (FREIRE, 1987, p. 29).

A abordagem freireana da educação voltada para a liberdade está intrinsecamente vinculada à emancipação por eleger os dominados, os explorados, os oprimidos à condição da superação das relações de opressão. O engajamento do oprimido na luta por sua libertação se inicia ao descobrir, no opressor, a dependência em relação à conservação da ordem social.

No bojo da ruptura com o opressor, Freire (1987) compreende que o diálogo crítico e libertador permite ao oprimido a apropriação das condições que favoreçam sua elevação à “vocação ontológica e histórica de Ser Mais”. Em contraposição ao ter mais, Freire (1987) propõe o Ser Mais como:

descoberta [que] não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da a o, o que nos parece fundamental,   que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 33)

Na luta contra a conserva o da opressão, a educa o assume um sentido ilimitado como “forma de sociabilidade indefinidamente aperfeiçoável; porque não traz em si obstáculos insuperáveis”. Também revela uma concep o integral por situar-se “no interior do humano o mais livre possível” (TONET, 2012, p. 68 )

Considera-se que o conservadorismo emerge de uma crise estrutural que inviabiliza um projeto civilizatório nos marcos do capitalismo. Garantir o desenvolvimento, proporcionar a democracia e conquistar a liberdade se articulam de acordo com as proposi es e a es freireanas a partir de um projeto humanista revolucionário.

Em Freire (1987), a educa o cumpre lugar significativo na articula o desse processo por estar envolvida na identifica o da opressão, na problematiza o social, na constru o de projetos alternativos.   importante, nesse contexto, aprofundar os fundamentos teórico-políticos da educa o voltada para a emancipa o humana.

### **Princípios teórico-políticos de uma educa o para a liberdade e voltada para a emancipa o humana nas formula es freireanas**

Como observado, as proposi es e as a es freireanas destacam as potencialidades da educa o no processo de conscientiza o emancipatória. Em outros termos, lutar contra a opressão educa para a emancipa o.

Fernandes (2016) indica que as formula es freireanas observaram a dimensão dial tica da estrutura opressiva da sociedade que marca a rela o entre oprimidos e opressores. Frente a essa condi o estrutural da opressão, situa a emancipa o como processo histórico de “autocapacita o orgânica dos oprimidos através do reconhecimento e da vontade de mudar (expresso em uma vontade coletiva)” (FERNANDES, 2016, p. 494).

A supressão da consciência reificada pela conscientiza o libertadora sintetiza a análise estrutural do autor de *Pedagogia do Oprimido* da emancipa o como “a o humana sob a forma de uma rela o dialógica entre humanos e natureza e os seres humanos entre si em sua existência social” (Fernandes, 2016, p. 490). Segundo Fernandes (2016), a conscientiza o libertadora orienta a práxis educativa transformadora na luta dos oprimidos contra a atua o das rela es de opressão sobre as faculdades humanas.

Freire (1987) rompia com a internaliza o, a aliena o e a subordina o da consciência com base em uma fundamenta o teórico-política sist mica, abrangente e perene. Afirmava que as abordagens conservadoras com suas concep es sempre parciais, pontuais e episódicas acanhavam, e acanhavam, as potencialidades da educa o contribuir com a emancipa o dos povos.

Para firmar um processo de conscientiza o emancipatório, Freire (1987) indica que a luta dos oprimidos envolve uma reflexão na a o crítica e dialógica em torno do trabalho associado,

coletivo. Compreender o trabalho como práxis compartilhada visa permitir a elaboração de compromissos, a capacidade de organização e a formulação de reivindicações pela autodeterminação dos que vivem as condições de opressão.

O trabalho coletivo compartilhado contribui para que, no decorrer da organização da resistência contra a opressão e das potencialidades da transformação social, os sujeitos assumam a condição de intelectuais. Isso porque elaboram projetos com autoria criativa de seus significados. (FREIRE, 1981)

O autor de “Ação Cultural para a liberdade e outros escritos” aponta que o protagonismo coletivo da classe trabalhadora nos projetos de transformação social e emancipação humana busca superar idealismos manipuladores. A unidade entre liderança revolucionária e poder popular evita mecanismos de burocratização do movimento.

Como trabalho associado, a construção coletiva revela o caráter refratário à neutralidade do conhecimento apregoada pelo conservadorismo. A partir do compromisso educativo com a liberdade na luta por emancipação, considera que a universalização do saber e do poder contribui, decisivamente, para a superação das desigualdades.

Na construção de um projeto intelectual coletivo pelo trabalho associado, a abordagem freireana identifica a autonomia como intervenção educativa nos processos emancipatórios. Pode-se considerar que autonomia se delinea como responsabilidade solidária pela livre manifestação de concepções de mundo, de valores políticos, de tradições culturais. (FREIRE, 1996)

A autonomia implica o fortalecimento dos assujeitados pelo poder econômico e político. Sua perspectiva é a de construir o bem comum pelas potencialidades do desenvolvimento, pela garantia da democracia e pela conquista da liberdade. (FREIRE, 1996)

Como dimensão de uma práxis educativa transformadora, a autonomia implica em referência na ciência, em rigorosidade metódica, em dialogicidade e criticidade, em compromisso estético e ético. Sua incompatibilidade com o conservadorismo reside na recusa de verdades absolutas que ressoam como mentiras por apregoar fatalismos, naturalizações e inevitabilidades. (FREIRE, 1996)

Confrontando-se a imobilização, a insegurança e até ao terrorismo, a autonomia consiste em um processo pedagógico em que educador e educando participam ativamente do desvelamento histórico-social. Esse desvelamento permite a criação de novas condições do poder decisório.

Em Pedagogia da autonomia, Freire (1996) mantém sua abordagem crítica ao conservadorismo como expressão ideopolítica de sustentação capitalista, denunciando as orientações hegemônicas neoliberais. Confrontando-se aos atos de desigualdade, de autoritarismo e de desrespeito sociocultural, o autor enfatiza que é preciso resgatar a participação em sua dimensão política.

Afastada de um significado meramente assistencialista, corporativista ou eleitoreiro, a participação requer a decisão de intervenção na realidade. Aponta, portanto, para o desafio de superação da redução de homens e mulheres a mercadoria, convocando-lhes à transformação e à emancipação.

Resgatar a dimensão política da participação significa, nas formulações freireanas, articular projetos intelectuais à cultura popular. Essa articulação pretende evitar a separação entre condições de vida e experiências coletivas na medida em que permite a organização das concepções, valores e tradições dos oprimidos.

Freire (1981) indica que, no processo de valorização da cultura popular, a linguagem e a comunicação se realizam como forças sociais, potencializando o uso crítico e criativo dos signos na direção de um processo democrático. A educação vincula-se, intrinsecamente, à valorização da

cultura popular porque contribui para a compreensão e o desvelamento das relações de opressão pela apropriação e reapropriação do conhecimento.

O autor de “Ação cultural para a liberdade e outros escritos” alerta para o sentido revolucionário desse processo pela ruptura gerada em relação a cultura dominante e o silenciamento da opressão. Romper com os pressupostos idealistas presentes na dominação e no silenciamento torna inevitável “a forma radical de ser dos seres humanos” (FREIRE, 1981, p. 69). A confluência entre ação e revolução cultural expressa-se

na comunhão entre os líderes e as massas populares, como sujeitos da transformação da realidade. Na revolução cultural, porém, esta comunhão é tão íntima que líderes e povo se tornam um só corpo em permanente processo de autoavaliação. (FREIRE, 1981, p. 69)

Em Freire (1981), a contribuição da educação para a revolução cultural reforça os processos de emancipação humana. Como esse reforço implica em superar as formas de padronização, de homogeneização, de adequação sistêmica do ser humano, cabe uma reflexão acerca da emancipação em tempos de crise do capitalismo.

### **A perspectiva emancipatória freireana diante da atualidade conservadora**

Uma consideração central das contribuições freireanas em relação ao conservadorismo consiste na recusa da separação da educação em relação às condições de vida e de trabalho. Desde Pedagogia do Oprimido até Pedagogia da Autonomia, as contribuições freireanas denunciaram as expressões da conservação que anulavam o sentido crítico e criativo da humanização.

Em Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) já atribuía centralidade ao conhecimento no desvelamento da realidade de modo a romper com as relações de exploração, de dominação e de opressão. Identificando os processos históricos do que Coutinho (2000) denominou como modernização conservadora, as formulações e proposições freireanas denunciavam que uma modernização de grande porte, diversificada e impulsionadora do assalariamento no campo e na cidade era conservada a partir da precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

A denúncia freireana aos processos de modernização conservadora já demonstrava as incapacidades econômicas, políticas, culturais e ideológicas das classes dominantes e de grupos intermediários na condução de um projeto socioeducativo pautado na articulação desenvolvimento, democracia e emancipação. Ao mesmo tempo, Freire (1987) anunciava as possibilidades de novos tempos em que o poder popular pudesse traduzir a articulação desenvolvimento, democracia e emancipação livre de relações de exploração, de dominação e de opressão amplamente constituídas na sociedade brasileira.

Uma educação voltada para o desenvolvimento, para a democracia e para a emancipação significa, para Freire (1987), criar e recriar as condições da crítica a realidade por concepções de mundo, por valores políticos e por tradições socioculturais antagônicas a exploração, a dominação, a opressão. Transformar a realidade implicava recusar a dominação “não por ser o desaparecimento da dialeticidade permanência-mudança (...), mas por superar as contradições antagônicas de que resulte a libertação dos homens” (FREIRE, 1987, p. 112)

Desde Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) concebia a educação como práxis, isto é, como relação social que se estabelece como um processo de reflexão na ação. A práxis educacional

constitui-se como potencializadora da historicidade que contribui para a superação dos mitos conservadores da realidade:

pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. “Banha-se” permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme. Opõe-se ao pensar ingênuo, (...) de que resulta dever ser o presente algo normalizado e bem comportado. Para o pensar ingênuo, o importante é a acomodação a este hoje normalizado. Para o crítico, a transformação permanente da realidade, para a permanente humanização dos homens (FREIRE, 1987, p. 53).

Ocorre que situar a educação no movimento de conscientização crítico-criativa de produtores do saber e do fazer humano adquire um sentido radical no contexto da crise capitalista no século XXI. Como ressalta Mészáros (2008), cabe à educação, no movimento de construção do projeto emancipatório-revolucionário, buscar a intervenção consciente contra o conservadorismo em todos os seus níveis e domínios. Significa combater a regressão nas condições de vida e de trabalho, a violência nas manifestações políticas e a perseguição sociocultural.

Superar as injustiças instituídas pelo conservadorismo diante da crise capitalista desafia a classe trabalhadora na articulação das condições de igualdade em favor da liberdade humana. Como destacado a seguir, o combate às forças ideológicas do conservadorismo supõe articular:

Entidades acadêmicas, sindicais, estudantis (e coletivos da juventude) movimentos sociais diversos e partidos políticos para enfrentar, resistir e dizer NÃO à destruição da educação pública e aos campos de ciência e tecnologia e da cultura (LEHER, 2021, p. 732).

Fomentar a unidade de ação de entidades classistas, de movimentos sociais e de partidos políticos contra o conservadorismo se orienta, entretanto, por diagnósticos abrangentes, por objetivos estratégicos, por consensos mobilizantes. Em outros termos, a possibilidade de enfrentamento ao conservadorismo refere-se a um processo educativo de base social perene e em condições de “lograr o necessário caráter de massa” (LEHER, 2021, p. 732).

Sem unidade de ação capaz de analisar a correlação de forças, de expressar as lutas sociais, de identificar os antagonismos de classe, compromete-se a vitalidade de um projeto emancipatório-revolucionário. Vale ressaltar, entretanto, que a ausência de referência em um projeto emancipatório-revolucionário dispersa os interesses, restringe as conquistas, estreita as perspectivas. (MÉZSÁROS, 2008)

É na relação do processo de construção de unidade de ação com o projeto emancipatório-revolucionário que a concepção educacional freireana encontra potencialidade para se confrontar ao conservadorismo no atual contexto de crise capitalista. Isso porque a concepção educacional freireana se dispõe a denunciar os mecanismos de opressão ao mesmo tempo em que vislumbra condições para a libertação.

Na denúncia à opressão, é possível identificar as expressões das desigualdades, do autoritarismo e da violência, potencializadas pelo neoliberalismo. Criticar o neoliberalismo adquire materialidade na mobilização de grupos afetados pelo desemprego estrutural, pela perda de direitos trabalhistas e sociais e pela perseguição sociocultural.

Essa mobilização pode permitir que organizações feministas, antirracistas, defensoras de reivindicações LGBTQIA+, dentre outras, possam fortalecer um projeto emancipatório-revolucionário

em favor da humanização. Pelo diálogo, a anunciação contribui para um conjunto de abrangências, de estratégias e de consensos que buscam romper com os preceitos ideopolíticos do conservadorismo.

Como sustenta Leher (2022), a hegemonia neoliberal ganhou novas particularidades com o golpe de 2016, que impingiu o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e, posteriormente, consolidou o bloco no poder do governo Bolsonaro. As medidas de contenção de recursos, de desregulação econômica, de privatização de estatais foram intensificadas com a implantação de uma guerra cultural contra os que lutavam por ampliação de direitos.

Cabe ressaltar que mesmo políticas de alívio à pobreza, de preservação ambiental, de paz social foram dizimadas por um discurso conservador que assumia um rosto fascista. (LEHER, 2022) Em um contexto atravessado pela pandemia do coronavírus COVID-19, a desigualdade tornou miserável a condição de pobreza, permitiu que o agronegócio ameaçasse terras de povos originários, utilizou o armamento como símbolo de justiça.

Como já salientado, a educação configurou-se em lugar de atuação dos avanços do conservadorismo. As exigências de adaptação da força de trabalho à reestruturação produtiva somaram-se ao fundamentalismo peremptório da neutralidade científica que passou a perseguir a liberdade de cátedra e a alavancar da dita “ideologia de gênero”.

Já em *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996) buscou reforçar o lugar do educador na consolidação de um método democrático e livre de apropriação do conhecimento. Esse método, pautava-se em um posicionamento ético por parte do educador que favorecia as concepções de mundo, os valores políticos, as tradições socioculturais de trabalhadores. A autonomia exercida pelo educador se relacionava com uma perspectiva coletiva e solidária em resistir e superar os autoritarismos, as hierarquias e os monopólios de poder presentes na sociedade.

Essas reflexões de Freire (1996) em torno de uma pedagogia da autonomia necessária a liberdade de cátedra como condição para a fruição do diálogo entre educador e educando, possibilitando o fortalecimento de uma alternativa ideopolítica à exploração, à dominação, à opressão. Pelo diálogo, o educador compartilha processos de apropriação da realidade, problematiza as condições de conscientização dos sujeitos, propõe alternativas aos silenciamentos produzidos pela desigualdade.

Junto com os educandos, o educador liberta-se da condução bancária que torna estático o conhecimento, contribuindo para uma unidade conscientizadora que se alicerça na livre circulação de ideias, na diversidade de ações socioeducativas, na construção de projetos em comum. A seguir, a citação apresenta o sentido da autonomia na educação de trabalhadores jovens e adultos:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexistente validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz. (Freire, 1996, p. 13)

Contrariamente às reflexões de Freire (1996), os avanços do conservadorismo no contexto da sociedade e da educação brasileira a partir de 2010 buscam cercar a liberdade de cátedra.

Isso porque sua construção histórica envolve a autonomia do educador na conscientização dos sujeitos diante da realidade socioeducativa.

Como indica Leher (2022), o intuito de desmoralizar instituições educacionais, científicas e culturais, seus profissionais e usuários expressava um sentido marcado pelo ódio, mas continha materialidade política. Proposições e ações presentes nos ajustes da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), na implantação das escolas cívico-militares, na viabilização do *homeschooling* revelam o caráter privatista e autoritário dos compromissos governamentais.

A radicalização dos avanços conservadores atuou para anular conquistas educacionais como o sistema de cotas sociais e raciais, os investimentos na educação pública básica e superior, a formação unitária à classe trabalhadora. Em que pese a dimensão embrionária dessas conquistas, o conservadorismo busca solapar as condições de luta que abarcam unidade de ação em favor de necessidades estratégicas da classe trabalhadora. (LEHER, 2022)

No contexto adverso de avanço do conservadorismo, a abordagem freireana de educação junto aos movimentos sociais, às entidades sindicais, aos partidos políticos cumpre relevante lugar na defesa e na ampliação dessas conquistas. Orientar-se por essa abordagem implica um trabalho perseverante e persistente junto às bases sociais marcadas pelas condições atuais da exploração, da dominação e da opressão.

Um trabalho realizado com essa abordagem requer situar-se na articulação por reivindicações de investimentos sociais e educacionais consistentes para garantir desenvolvimento, democratização e liberdade. A partir das proposições e ações freireanas, pode-se salientar a necessidade de ultrapassar o assistencialismo, que se mantém como recurso de distorção ideológica do conservadorismo.

A constituição de políticas sociais estruturantes e conjugadas por meio da decisão popular pode fortalecer o que Leher (2022) denomina como diálogos interculturais cujo protagonismo é de sujeitos coletivos. Ao mesmo tempo, a luta dos sujeitos coletivos em favor da democratização econômica e política aproxima o projeto emancipatório-revolucionário em favor da superação do capitalismo. A abordagem freireana de uma educação de base pautada nas lutas sociais pode favorecer essa articulação que vislumbra a ciência, a tecnologia, a cultura como recursos ao serviço da conscientização crítica de trabalhadores que mudam o mundo.

## CONCLUSÃO

Os avanços do conservadorismo se manifestam como expressão da luta de classes no contexto da crise capitalista no século XXI. Seu objetivo é de confrontar-se às perspectivas críticas da educação como as que partem de Paulo Freire.

Desde Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) denunciava a exploração, a dominação, a opressão considerando a correlação de forças, as lutas sociais, os projetos antagônicos presentes na sociedade. Ao denunciar a realidade socioeducativa, o autor buscava construir, coletivamente, processos de emancipação humana.

Ao longo de sua trajetória política e intelectual, anunciava o educador ocupava um compromisso ético na superação das relações de exploração, de dominação e de opressão. Nesse sentido, recusar a neutralidade apregoada pelo conservadorismo pode ser considerado um legado central na sua teoria crítica da educação.

Reforçar as perspectivas freireanas em torno de uma educação para a liberdade e voltada para a emancipação humana constitui-se como referência no enfrentamento dos avanços conservadores. Em que pese os avanços do conservadorismo, as contradições da crise estrutural capitalista permanecem desafiando a capacidade de mobilização, de organização e de proposição em favor da conquista coletiva, solidária e emancipadora.

O legado freireano na educação anunciou, e anuncia, que o devir histórico guarda potencialidades que se contrapõem aos fatalismos dos discursos e relações de exploração, de dominação, de opressão. Cabe, entretanto, buscar uma articulação do devir histórico com os interesses, as trajetórias e os projetos dos oprimidos para que as condições de ruptura com as condições desiguais da ordem social possam nutrir a liberdade necessária aos processos de humanização.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Geovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 37, nº 135, p. 481-496, abr.-jun., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00481.pdf>, em 14/10/2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Porto: Afrontamento, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1967.
- GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- LEHER, Roberto. Atualidade estratégica da luta pela revogação do novo ensino médio. **Net**. Rio de Janeiro, set. de 2022. Esquerda on-line. file:///C:/Textos%20on%20line/Atualidade%20estrat%C3%A9gica%20da%20luta%20pela%20revoga%C3%A7%C3%A3o%20do%20novo%20ensino%20m%C3%A9dio%20-%20Esquerda%20Online%20-%20Leher.html. Acesso em: 14/10/2022
- LEHER, Roberto. As atuais condições da Educação Superior no Brasil. Entrevista concedida a Rubens Luiz Rodrigues. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, V. 21, n. 2, p. 727-35, jul-dez. 2021.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação**: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela. Tese de doutorado. Campinas: Biblioteca UNICAMP, 2003.

MÉZSÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; GAUDÊNCIO, Frigotto (org.). **Educação democrática**: antídoto ao escola sem partido. RJ: UERJ, LPP, 2018.

QUEIROZ, Felipe e OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; GAUDÊNCIO, F (org.). **Educação democrática**: antídoto ao escola sem partido. RJ: UERJ, LPP, 2018.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 2ªed. rev.